

Transições Energéticas num Cenário de Alto Endividamento da África Austral

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
DE DESENVOLVIMENTO



A Report By

Magalie Masamba^{1,3}, Eugenia Masvikeni², Kudakwashe Ndhlukula², Xinyue Ma⁴,
Cecilia Springer¹, Daniel Bradlow³, Kevin Gallagher¹

AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer ao Centro de Recursos Financeiros para o Desenvolvimento da SADC (DFRC) pela sua contribuição para a conceptualização dos seminários, o relatório e o seu lançamento. Os autores gostariam também de agradecer aos participantes dos seminários, que contribuíram com valiosas ideias e conhecimentos que constituíram a base deste relatório.

The Global Development Policy (GDP) Center is a University-wide center at Boston University in partnership with the Frederick S. Pardee School for Global Studies and the Vice President and Associate Provost for Research. The GDP Center conducts interdisciplinary research to advance policy-oriented research for financial stability, human well-being and environmental sustainability across the globe.



This work is subject to a Creative Commons CC BY-NC license.
Subject to such license, all rights are reserved.

Global Development Policy Center

Boston University
53 Bay State Road
Boston, Massachusetts 02215
Tel: +1 617-353-7766
www.bu.edu/gdp
Email: gdp@bu.edu
Twitter: @GDP_Center
Facebook: @GDPCenter

¹ Boston University Global Development Policy Center ² SADC Centre for Renewable Energy and Energy Efficiency
³ International Development Law Unit of the Centre for Human Rights, University of Pretoria ⁴ Rocky Mountain Institute

TABLE OF CONTENTS

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
Introdução	1
Método	2
Conclusões e Recomendações de Políticas Resumidas	2
RESUMO DE POLÍTICAS 1: O IMPACTO DA COVID-19 NO SECTOR ENERGÉTICO DA SADC	5
Introdução	5
Impacto da COVID-19 no Fornecimento de Energia Eléctrica na Região da SADC	6
Impacto da COVID-19 no Apoio das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) às Energias Renováveis	8
<i>Impacto da COVID-19 no Desenvolvimento de Projectos</i>	8
<i>Barreiras ao Financiamento das Energias Renováveis</i>	8
<i>Mecanismos de Financiamento</i>	9
<i>Políticas de Crédito e Objectivos no Âmbito da COVID-19</i>	10
Estruturas de Mercado Inovadoras para Minimizar o Impacto da COVID-19 no Sector das Energias Renováveis (RE)	10
Conclusão e Recomendações de Políticas	13
RESUMO DE POLÍTICAS 2: O DILEMA DA DÍVIDA DA SADC E O SEU IMPACTO NO FINANCIAMENTO DA TRANSIÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NA REGIÃO - DESAFIOS E OPORTUNIDADES	15
Introdução	15
Abordando Quatro Questões Fundamentais sobre a COVID-19, a Crise da Dívida Soberana e o Financiamento das Energias Renováveis (RE)	16
<i>Em que Medida as Actuais Limitações da Dívida/ Lacunas de Financiamento Causadas Pela Pandemia da COVID-19 Afectaram o Financiamento de Projectos na Área das Energias Renováveis?</i>	16
<i>Como Podem os Países Da SADC Fazer o Melhor Uso das Fontes Nacionais e Internacionais para Financiar os Seus Projectos? Como Podem Eles Gerir os Principais Riscos de Cada um Destes Sectores?</i>	17

<i>Quais Mecanismos de Financiamento Criativos os Países da SADC Podem Utilizar para Financiar Projectos na Área das Energias Renováveis (RE)?</i>	18
<i>Que Papel Pode ou Deve o Sector Privado Desempenhar no Preenchimento da Lacuna de Financiamento em Projectos de Reconstrução?</i>	19
Conclusão e Recomendações de Políticas	19
RESUMO DE POLÍTICAS 3: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO NO FINANCIAMENTO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS (RE) NA ERA DA COVID-19	21
Introdução	21
<i>Qual é a Situação Actual das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) no Sector de Energia da SADC? Como é Que se Compara Com o Desempenho Pré-Pandémico?</i>	22
<i>Quais São os Principais Problemas de Financiamento de Energia Limpa Nos Países da SADC? O Que Fazem as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) para Solucionar Esse Problema e Expandir o Investimento na Área sa Energias Renováveis (RE)?</i>	23
Conclusão e Recomendações	25
CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS	28
APÊNDICES	29

SUMÁRIO EXECUTIVO

Introdução

Em 2020, o Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC (SACREEE), o Centro de Recursos Financeiros para o Desenvolvimento da SADC (DFRC), o Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretória (CHR) e o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA) colaboraram com o Centro de Política de Desenvolvimento Global da Universidade de Boston (Centro GDP) para produzir um relatório intitulado: *Expansão das Energias Renováveis para o Acesso e o Desenvolvimento: O Papel das Instituições Financeiras de Desenvolvimento na África Austral*. Este relatório fornece um roteiro em relação à maneira como a região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) poderia expandir a utilização de energias renováveis (RE) para aumentar o acesso à energia e impulsionar o desenvolvimento económico. Projecta que a região poderia atingir o pleno acesso à energia e 53% de capacidade de energias renováveis até 2040, no seu caminho para o crescimento rumo ao objectivo de zero carbono.

Com a pandemia da COVID-19, porém, existe uma preocupação crescente de que os países da SADC se tenham tornado economicamente vulneráveis e cada vez menos capazes de assumir mais dívida externa. Sem um pensamento criativo e uma nova política, esta situação poderia fazer descarrilar as perspectivas da região de um aumento, mais do que necessário, da capacidade das energias renováveis (RE).

O confinamento provocado pela COVID-19 tem sido perturbador para o sector energético e o seu impacto tem sido notado em toda a cadeia de valor da electricidade, desde o nível das empresas públicas de electricidade até aos níveis nacional e regional, bem como no espaço das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI). No entanto, a magnitude do impacto tem variado entre as partes interessadas. A demanda e o consumo de electricidade foram bastante sensíveis às restrições de confinamento. A resposta às iniciativas políticas destinadas a estimular a aceitação pelo sector privado de projectos de energias renováveis (RE) foi adiada e as actividades de desenvolvimento e implementação de projectos foram afectadas. O maior impacto foi no desenvolvimento da capacidade das energias renováveis (RE).

O acesso a electricidade limpa, fiável, acessível e disponível nos países da SADC é fundamental para o crescimento e desenvolvimento socioeconómico. Isto requer a congregação de recursos técnicos e financeiros para colmatar as enormes lacunas de investimento. Mas é também uma oportunidade para explorar abordagens inovadoras ao financiamento e à redução de riscos de projectos e para melhorar as suas contribuições globais para o desenvolvimento económico - um papel para o qual as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) são bem vocacionadas.

Electrificar os países da SADC com energia limpa proveniente de fontes renováveis é um objectivo regional importante, mas como pode ser financiado agora que a pandemia da COVID-19 tornou mais difícil para os países pagar as suas dívidas ou justificar a contratação de mais dívidas?

Tendo este contexto em mente, o SACREEE, o Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretória (CHR) e o Centro de Política de Desenvolvimento Global da Universidade de Boston (BU GDP Center) desenvolveram colectivamente três resumos de políticas que foram precedidos por três seminários virtuais realizados entre Junho e Outubro de 2021. Este relatório é uma síntese desses resumos de políticas, que serão apresentados ao Fórum dos Directores Executivos do Centro de Recursos Financeiros para o Desenvolvimento (DFRC) da SADC, em Junho de 2022.

Método

Três seminários temáticos virtuais particulares foram convocados pelo SACREEE, pelo Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretória (CHR) e pelo Centro de Política de Desenvolvimento Global da Universidade de Boston (Centro GDP). Em cada seminário, três ou quatro oradores partilharam as suas opiniões de especialistas e deliberaram sobre um tema. Cada seminário terminou com uma sessão de perguntas e respostas. Tabela 1 abaixo, apresentam-se os tópicos dos workshops, convocando instituições e organizações participantes. Cada seminário foi organizado em torno de perguntas orientadoras específicas, que são detalhadas em cada documento de política e agregadas no Apêndice. O seminário foi realizado segundo as regras da Chatham House.

Tabela 1: Temas e Organizadores dos Seminários sobre Políticas

Seminário #	Data	Tema	Organizador	Tipologia das instituições participantes no painel
1	09/06/2021	O impacto da COVID-19 no Sector Energético da SADC	SACREEE	Reguladores, companhias públicas de electricidade e Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI)
2	14/07/2021	O Dilema da Dívida na SADC e o seu impacto no Financiamento da Transição energética : Desafios e Oportunidades	Centro de Direitos Humanos, Universidade de Pretória	Grupos setoriais, Fundações filantrópicas, Escritórios de advocacia
3	21/10/2021	O Papel das Instituições Financeiras de Desenvolvimento no Financiamento das Energias Renováveis na era da COVID-19	Centro de Política de Desenvolvimento Global da Universidade de Boston (Centro GDP), Centro de Recursos Financeiros para o Desenvolvimento (DFRC) da SADC	Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI), Instituições académicas

Fonte: Elaboração dos autores.

Conclusões e Recomendações de Políticas Resumidas

As deliberações durante os três seminários sobre políticas públicas produziram algumas conclusões chave sobre o impacto da pandemia na aceleração das energias renováveis (RE) na região da SADC. As lacunas de políticas e regulações continuam a ser um grande desafio e é evidente que um ambiente de negócio favorável poderia desbloquear o investimento privado no sector das energias renováveis (RE) ao preencher as necessidades de financiamento. A pandemia afectou o panorama da dívida soberana e empresarial nos países da SADC e complicou o processo de avaliação de risco,

alterando assim a forma como os financiadores encaram os riscos associados aos projectos. Embora ainda houvesse algum apetite e potencial financiamento para projectos financiáveis, não estava claro, se os impactos adversos da pandemia no panorama da dívida e no sector das energias renováveis (RE) tinham sido subestimados. A viabilidade financeira continuou a ser o componente chave para a atractividade do projecto e o panorama da dívida e do risco político de um país continuaram a ser considerações relevantes. As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) estavam bem posicionadas para mobilizar e catalisar recursos privados através mecanismos para melhorar o ambiente de negócios. As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) nacionais estão a passar por reformas, reestruturações e recapitalizações para as tornar mais eficientes. Enquanto os seminários consideraram a maneira como alavancar melhor o investimento privado e de participação acionária, os riscos cambial e de crédito e - entre outros - são susceptíveis de aumentar o custo do capital, afectar os retornos a longo prazo e eventualmente minar o investimento do sector privado, se a questão do alto endividamento não for abordada.

Várias recomendações de políticas que poderiam ser informativas para os esforços de mobilização de recursos das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) emergiram repetidamente.

As recomendações de políticas que emergiram do primeiro resumo de políticas variaram desde a introdução de incentivos fiscais para apoiar o desenvolvimento de energias renováveis (RE), até à promoção de uma participação mais activa do sector privado, através da criação de quadros regulamentares que incluíam o redesenho de estruturas de mercado, o reforço da integração regional, a aceleração da adopção de redes inteligentes, o desenvolvimento de modelos inovadores de financiamento e a mudança para tarifas baseadas em custos.

As recomendações do segundo resumo de políticas destacaram a necessidade de (a) gestão adequada do risco do projecto, (b) mais investigações sobre se a pandemia da COVID-19 tinha afectado a viabilidade financeira das iniciativas, em caso afirmativo, até que ponto o tinha feito, (c) mecanismos e meios de financiamento criativos através dos quais o sector privado poderia complementar as lacunas de financiamento e (d) concepção de projectos que promovam a transparência, a responsabilização e a inclusão.

As recomendações do terceiro resumo de políticas incluem (a) maximizar os instrumentos de financiamento da dívida, (b) aumentar o papel das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) na mobilização e na catalisação de recursos do sector privado, (c) apoio ao pré-investimento para assegurar a viabilidade financeira dos projectos, (d) opções de financiamento local, (e) cooperação e colaboração entre DFIs, (f) investimento em projectos de energias renováveis de pequena escala e (g) prioridade à vigilância e monitorização de projectos regionais.

Todas as recomendações serão apresentadas no Fórum do Subcomité do Centro de Recursos Financeiros para o Desenvolvimento (DFRC) da SADC previsto para 24 de Junho de 2022, em Gaborone, no Botswana. Esta é uma plataforma na qual os Directores Executivos das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) discutirão questões estratégicas no âmbito do mandato das mesmas para promover a mobilização eficaz de recursos pelo sector financeiro. Especificamente, as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) têm o mandato para aumentar o investimento para estimular o crescimento sustentável e inclusivo, gerar emprego e combater a pobreza, em conformidade com os objectivos da SADC ao abrigo do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional Revisto 2020-2030. A colaboração no âmbito do Centro de Recursos Financeiros para o Desenvolvimento (DFRC) da SADC é um meio importante para reforçar a capacidade de formular políticas e realizar pesquisas.



O IMPACTO DA COVID-19 NO SECTOR ENERGÉTICO DA SADC

PREPARADO PELO SACREEE

Introdução

Este resumo de políticas é o primeiro de três que exploram o papel das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) na transição para as energias renováveis (RE) dos países da SADC. O documento discute o impacto da pandemia da COVID-19 no sector das energias renováveis (RE) na região da SADC. Ele foi elaborado a partir de painel de discussão conduzido por Reguladores, companhias públicas de electricidade e Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI).

A publicação procura discutir se a região ainda está no caminho para cumprir com a meta de 53% de energias renováveis (RE), até 2040 (Munoz et al., 2020), estabelecida em 2017 pelo Pool de Energia da África Austral (SAPP). Antes da pandemia da COVID-19, estava claro que esta meta dependia da possibilidade de os países da SADC se alinharem com o recém proposto Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC e da vontade das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) locais, regionais e globais disponibilizarem financiamento.

O resumo procura ainda determinar se o financiamento do desenvolvimento de energias renováveis (RE) foi afectado pela pandemia. Conclui com uma discussão sobre o modelo de comprador único modificado (MSB) do Conselho de Controlo de Electricidade (ECB) da Namíbia, como um modelo inovador de mercado de electricidade concebido para desbloquear o investimento nas energias renováveis (RE) na região da SADC.

A pandemia perturbou o sector energético, incluindo perturbações na logística da cadeia de fornecimento de equipamentos, na facturação, na implementação de projectos e no consumo de energia (com o consumo em baixa a afectar a cobrança de receitas).

As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI), os reguladores e as instituições regionais de integração do mercado de electricidade são intervenientes chave no acesso e no fornecimento das energias renováveis (RE) na região. As questões colocadas no seminário, listadas abaixo, diziam respeito ao papel que estes atores desempenham e às suas respostas na sequência da pandemia. O conjunto de perguntas que se seguem orientou a discussão:

1. A SADC está no caminho para alcançar a meta de 53% de energias renováveis até 2040? Que desafios podem afectar a concretização deste objectivo?
2. Qual é o impacto da COVID-19, se é que existe, na concretização do objectivo de 53%?
3. De que modo é que a COVID-19 afectou o financiamento para o desenvolvimento no sector da energia? Como podem as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) acelerar o financiamento de energias renováveis (RE) para atingir a meta de 53% de energias renováveis (RE) até 2040?

4. Houve alguma revisão das metas de financiamento e das políticas de financiamento para enfrentar quaisquer desafios que possam ter sido apresentados pela pandemia?
5. Em que medida a pandemia COVID-19 afectou os licenciados e os consumidores de electricidade?
6. Quais medidas foram postas em prática pelas instituições reguladoras para mitigar o impacto?
7. Quaise instrumentos inovadores os reguladores podem fornecer ao sector da energia para atingir a meta de 53% de energias renováveis (RE) até 2040?

Impacto da COVID-19 no Fornecimento de Energia Eléctrica na Região da SADC

Nove dos doze membros do Pool de Energia da África Austral (SAPP) estão ligados à rede e a demanda de pico é de 60.000 megawatts (MW), enquanto a capacidade instalada é de 58.000 megawatts (MW). Isto deixa um défice de 2.000 megawatts (MW); o Inverno traz normalmente restrições de abastecimento. O comércio de energia no mercado do Pool de Energia da África Austral (SAPP) é conduzido através de contratos bilaterais e de um mercado competitivo que inclui o comércio com um dia de antecedência e o comércio intra-dia.

No terceiro trimestre de 2020, o Secretariado da SADC - em colaboração com o SACREEE, o Pool de Energia da África Austral (SAPP) e a Associação Regional de Reguladores de Electricidade da África Austral, com o apoio financeiro do Banco Mundial - realizou uma "Avaliação Regional de Energia Eléctrica da COVID-19". O estudo identificou os impactos da pandemia no curto, médio e longo prazo¹. As restrições do confinamento, no início de 2020, tiveram um impacto significativo nas economias regionais e no sector da indústria de fornecimento de energia. Em Abril de 2020, verificou-se uma redução de até 14% na procura de energia em comparação com o mesmo período em 2019.

A sustentabilidade financeira dos serviços de utilidade pública foi ameaçada durante os primeiros quatro meses do confinamento e foram relatadas perdas de receitas, uma vez que a procura e o consumo de electricidade diminuíram significativamente. A recessão económica provocada pelas restrições ao nível regional afectou não só a logística de facturação, mas também a capacidade de pagamento dos utilizadores. O consumo de electricidade diminuiu em todos os sectores económicos e utilizadores. Ao nível regional, houve um declínio acentuado no comércio de electricidade devido à redução da demanda por causa da diminuição da actividade económica.

O desenvolvimento de projectos foi afectado a dois níveis. Os projectos em implementação sofreram atrasos devido a interrupções na cadeia de abastecimento, restrições à importação e perturbações e atrasos na logística de aquisição de equipamentos. O equipamento importado não pôde ser entregue a tempo devido a atrasos nos envios (por exemplo, em Moçambique e na Zâmbia). O movimento dos empreiteiros para os locais do projecto foi restringido, juntamente com a escassez de equipamentos. Da mesma forma, a manutenção e a renovação foram temporariamente suspensas ou adiadas devido à falta de materiais e à circulação restrita dos empreiteiros. A resposta imediata a estas interrupções foi uma mudança para uma produção doméstica limitada de equipamentos.

Havia padrões notáveis de migração urbano-rural à medida que as pessoas tentavam escapar às restrições de confinamento, regressando das zonas urbanas para as rurais. Isto, por sua vez, aumentou a procura de sistemas solares domésticos e de instalações fotovoltaicas (PV) nos telhados. Um

¹ O "curto prazo" refere-se a um período com duração inferior a um ano, o "médio prazo" a um período de um a três anos e o "longo prazo" a um período superior a três anos.

desenvolvimento positivo foi que essas instalações nas zonas rurais continuaram a funcionar, quando as pessoas regressavam às cidades.

Também foi dada prioridade ao acesso à electricidade para os serviços de saúde nas zonas rurais, como medida de curto prazo. As instituições de saúde eram principalmente alimentadas por mini-redes de energias renováveis e sistemas autónomos.

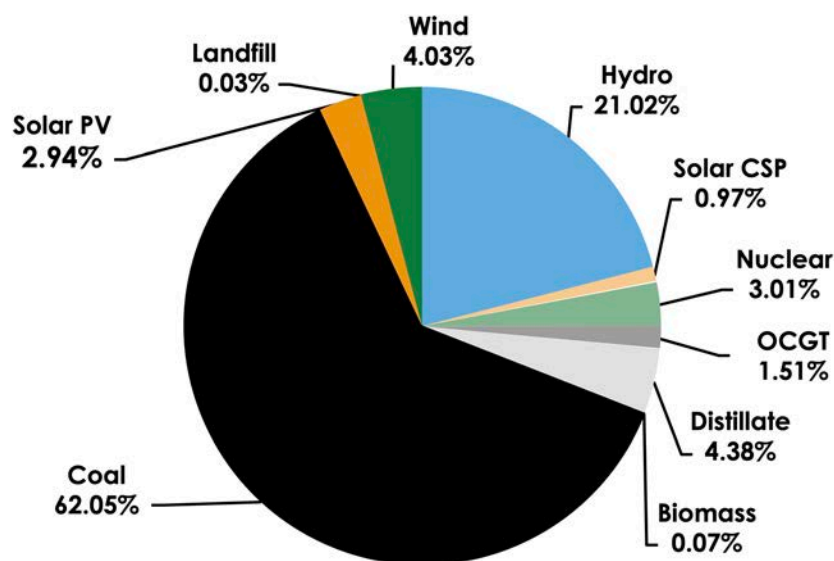
Uma das respostas imediatas à pandemia foi o apoio fiscal às companhias públicas de electricidade para as manter operacionais e evitar mais perdas de receitas. Aos funcionários das companhias públicas de electricidade afectadas foi concedida isenção de proibições de circulação para lhes permitir tráfegar para os locais para retomar o trabalho. O impacto da COVID-19 nos funcionários do sector da energia foi, portanto, menos significativo do que em outros sectores.

As medidas de mitigação e estratégias de recuperação da pandemia centraram-se na abordagem dos principais objectivos estratégicos do sector energético: assegurar um fornecimento seguro de energia, melhorar o acesso a serviços energéticos modernos, explorar os abundantes recursos de energias renováveis (RE) da região, encorajar o investimento em infra-estruturas energéticas e assegurar a sustentabilidade ambiental.

A médio prazo, foram introduzidas tecnologias de redes inteligentes para controlar e operar redes eléctricas, alguns projectos foram assim implementados muito mais cedo do que o previsto. A leitura remota para algumas subestações e estações de medição minimizou as intervenções manuais e físicas do operador.

Não obstante as interrupções da COVID-19, houve optimismo quanto ao cumprimento do objectivo de 53% de geração de energias renováveis (RE) para a região da SADC até 2040. Embora o mix de energia da região ainda seja largamente dominado pelo carvão, a percentagem de energias renováveis (RE) aumentou de cerca de 16% há uma década para 28%² em 2021, impulsionada principalmente pela energia hidroeléctrica, fotovoltaica, solar concentrada (CSP) e eólica.

Figura 1: Mix de Produção de Electricidade da Região da SADC



Fonte: SAPP, 2021.

² Incluindo a energia hidroeléctrica.

A procura de electricidade tem vindo gradualmente a regressar aos níveis pré-pandémicos, conduzindo os projectos de energias renováveis (RE) de volta ao caminho de transição a médio e longo prazo da região.

As interrupções causadas pela pandemia obrigaram a uma revisão dos planos directores do sector energético para se concentrarem em mais fontes renováveis (RE), tanto sendo componente do mix energético, como sendo motor do desenvolvimento económico nacional.

Os modelos de financiamento, tais como as parcerias público-privadas e o financiamento do sector privado, serão fundamentais para assegurar um maior acesso à electricidade na região, que já está a assistir a uma maior participação dos produtores independentes de electricidade (IPP). É provável que os variáveis projectos de energias renováveis (RE) no futuro sejam desenvolvidos predominantemente como projectos de PIP. Mais países da região estão a avançar para a aquisição de novos projectos de energias renováveis (RE) de uma forma mais estruturada através de uma abordagem de concurso competitivo sustentado por acordos de compra de energia a longo prazo, na sua maioria com companhias públicas de electricidade, como compradores externos.

Impacto da COVID-19 no Apoio das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) às Energias Renováveis

Existem fortes ligações entre este resumo de políticas e o terceiro sobre o papel das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) no financiamento das energias renováveis (RE) - que oferece uma discussão mais extensa por parte de várias Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI). Nessa apresentação, o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA) observou alguns dos efeitos da pandemia no financiamento ao longo do ciclo de desenvolvimento do projecto; estes são resumidos abaixo. Note-se que algumas das questões destacadas não são exclusivas do Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA).

IMPACTO DA COVID-19 NO DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS

As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) observaram que as restrições de circulação da COVID-19 poderiam afectar os projectos em construção e implementação de duas formas importantes: interrupções na logística de aquisição de equipamento e no fluxo de projectos apresentados para financiamento. Observou-se que os atrasos devidos à logística de fornecimento eram mínimos e não tinham tido qualquer impacto significativo, uma vez que os executores conseguiram recuperar o tempo perdido. A electricidade foi considerada um serviço essencial e as restrições impostas a esse sector foram removidas. Não houve qualquer efeito sobre o fluxo de apresentação de projectos; os promotores e os patrocinadores continuaram a agrupar os seus projectos.

BARREIRAS AO FINANCIAMENTO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Várias barreiras enfrentadas pelo sector privado e pelos promotores de projectos afectaram directa ou indirectamente a capacidade financeira dos mesmos, mas não foram uma consequência da pandemia.

As barreiras regulamentares e políticas ao investimento continuaram a restringir a participação do sector privado. Os custos de desenvolvimento e de transacção, em parte devido à morosidade dos processos de licitação e de contratação, tendem a ser altamente restritivos para o sector privado. As transacções geralmente são diversas, uma vez que devem ser adaptadas a projectos individuais,

resultando muitas vezes em padrões diferentes e inconsistentes, o que pode ser demorado para os promotores de projectos abordarem e, por conseguinte, restringem a capacidade bancária. Um ambiente de negócio favorável em grande medida define o ritmo de desenvolvimento inicial do projecto e pode também facilitar a preparação do projecto para determinar a viabilidade financeira do mesmo. Embora existam muitas oportunidades, os projectos com viabilidade financeira tendem a ser limitados na região da SADC.

O sector privado prefere modelos de financiamento que lhes permitam taxas de retorno elevadas. Por exemplo, uma taxa interna de retorno de 10 a 15% pode não ser suficientemente atrativa, uma vez que os projectos de energias renováveis (RE) têm de competir com outras classes de activos de infra-estruturas de alto retorno. As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) podem, portanto, ser forçadas a impor custos de transacção elevados para assegurar a recuperação total dos custos. Os modelos de financiamento precisam ser analisados de uma forma mais holística para resolver este desafio. Os elementos e os instrumentos de mitigação do risco para mobilizar capital concessionário são fundamentais para alcançar retornos ajustados ao risco.

Os instrumentos de investimentos de longo prazo são fundamentais e há necessidade de adequar esses instrumentos de financiamento às necessidades de um projecto ao longo do seu ciclo de vida.

A definição do projecto é simples para a maioria das tecnologias de energias renováveis (RE). No entanto, o processo de avaliação e de financiamento da energia solar concentrada (CSP) tende a ser complexo. Por conseguinte, são necessárias instalações racionalizadas e conhecimentos adequados para a estruturação de transacções.

MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) utilizam, geralmente, a preparação de projectos, o capital a longo prazo e os instrumentos de reforço do crédito para atenuar os riscos dos projectos e assegurar a sua viabilidade financeira. Por exemplo, no caso de projectos de autoprodução a serem desenvolvidos por mineradoras, o sector financeiro parece ter projectos apoiados por acordos de compra de energia assegurada, cuja aquisição poderia beneficiar instalações de preparação de projectos nas Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI).

Os mecanismos de financiamento de prazo mais longo são importantes para viabilidade financeira dos projectos, porque oferecem prazos melhores. As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) podem, portanto, proporcionar uma extensão aos períodos de financiamento dos bancos comerciais para capitalizar o investimento do sector privado.

Os instrumentos que viabilizam melhores condições de crédito são fundamentais para suprir a defasagem e a restrição normalmente causados pelos instrumentos dos bancos comerciais, que não oferecem produtos de longo prazo.

Os fundos climáticos são úteis uma vez que contêm um elemento de concessionalidade para assegurar a viabilidade financeira. O Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA) administra especificamente dois desses fundos:

- O Mecanismo de Financiamento Climático (CFF) do Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), para acelerar o financiamento na área das energias renováveis (RE) - principalmente para alavancar o financiamento do sector privado e proporcionar um aumento do crédito.
- O Programa de Investimento de Produção Integrada (EGIP), para fornecer apoio em termos de créditos para projectos de fundos não soberanos a fim de aumentar a viabilidade financeira.

POLÍTICAS DE CRÉDITO E OBJECTIVOS NO ÂMBITO DA COVID-19

Dado que os projectos de infra-estruturas implicam naturalmente compromissos a longo prazo, os ajustamentos de financiamento e as políticas creditícias permaneceram em grande medida inalteradas no âmbito da COVID-19. Os efeitos da pandemia tornaram, no entanto, as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) mais atentas aos sinais do mercado.

O aumento da capacidade instalada das energias renováveis (RE) continua a ser uma prioridade para as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI). As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI), o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), em particular, estão a desenvolver uma série de intervenções para assegurar que as vias de baixo carbono façam parte de uma transição justa. Tais intervenções enfatizam uma combinação de instrumentos financeiros e apoio aos meios de subsistência das comunidades.

As políticas de curto, médio e longo prazo, para os bancos nacionais de desenvolvimento e as instituições financeiras multilaterais que financiam intervenções, poderiam incluir as parcerias público-privadas e a participação do sector privado. As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) deveriam continuar a impulsionar esse processo.

Foi criada uma plataforma mista para as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) e o financiamento climático. O risco monetário era um desafio comum na maioria dos países e não era necessariamente um fenómeno da era COVID-19. Os empréstimos para projectos na área das energias renováveis (RE) são geralmente baseados na moeda local. Os empréstimos a países da União Aduaneira da África do Austral (SACU) - nomeadamente o Botswana, o Reino de eSwatini, o Reino do Lesoto, a Namíbia e a África do Sul - eram em moeda local e o impacto da exposição à moeda estrangeira era insignificante. Além disso, a maioria dos empréstimos foi baseada em estruturas de financiamento de projectos que incluem instrumentos de cobertura. O financiamento misto foi particularmente importante na minimização da exposição cambial, especialmente para projectos que utilizam múltiplas moedas.

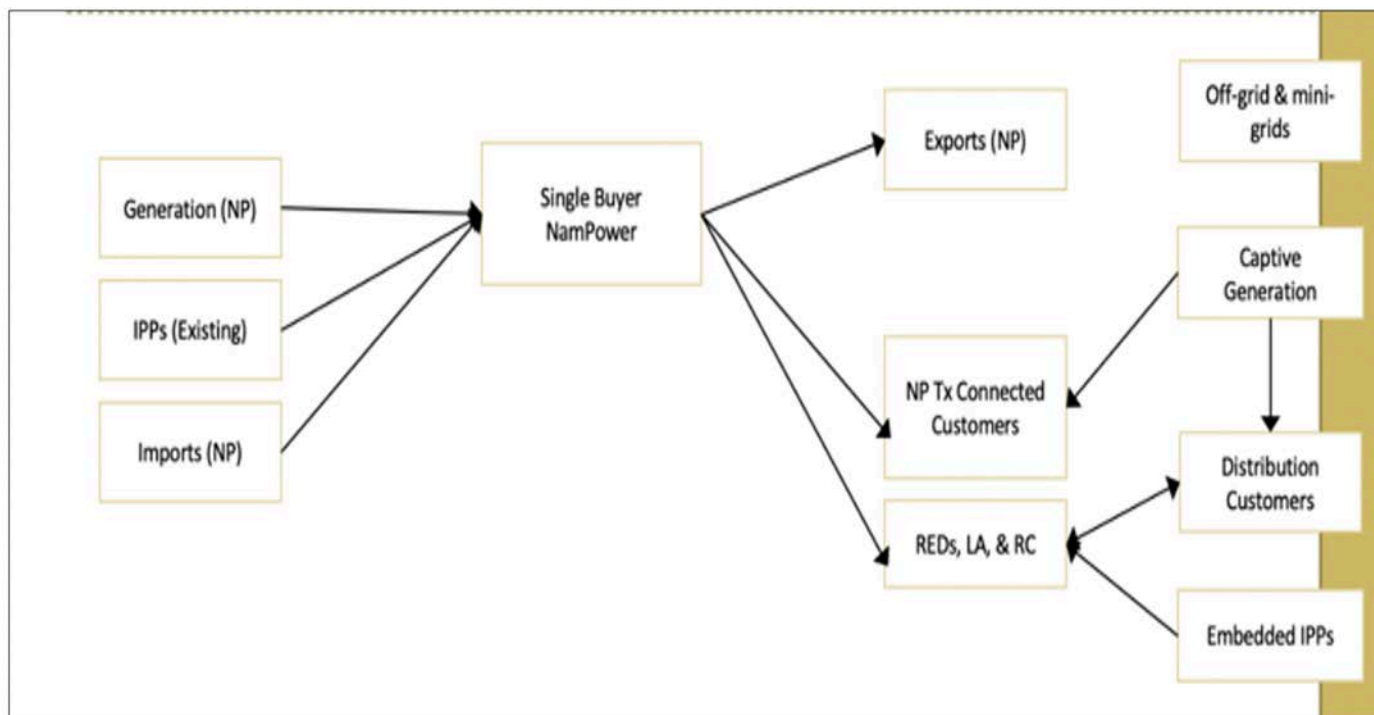
Ao promover a participação do sector privado na área das energias renováveis (RE), a racionalização do financiamento para assegurar a viabilidade financeira dos projectos e a mitigação dos riscos deveriam permanecer no centro das atenções.

Estruturas de Mercado Inovadoras para Minimizar o Impacto da COVID-19 no Sector das Energias Renováveis (RE)

Quando for necessário um novo espaço de mercado para atrair e regular o investimento privado na área das energias renováveis (RE) e da transição energética, a estrutura do mercado de electricidade necessitará de ajustamentos. É igualmente importante adaptar as estruturas de mercado de acordo com as características e necessidades nacionais.

Em Julho de 2021, a Namíbia lançou uma nova etapa de uma estrutura de mercado de electricidade inovadora que é o modelo faseado do Comprador Único Modificado (MSB). O conceito de Comprador Único Modificado (MSB) baseia-se no modelo existente de comprador único mostrado na Figura 2, mas permite aos consumidores, aos transportadores e aos produtores privados transaccionarem directamente.

Figura 2: Estrutura original de mercado do modelo de comprador único



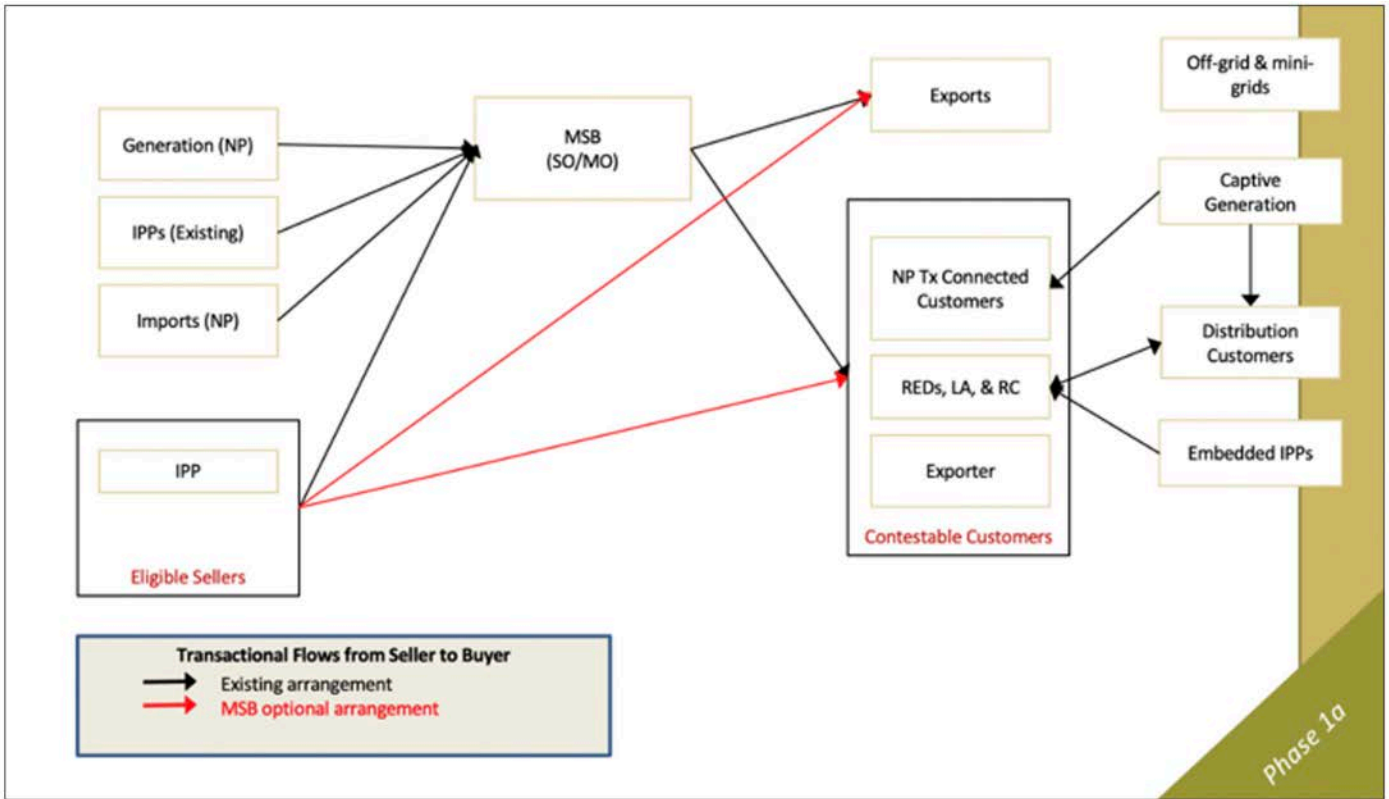
Fonte: Electricity Control Board of Namibia, 2021.

O modelo é uma plataforma personalizada de mercado baseada nas melhores práticas internacionais e incorpora os desafios no modelo anterior de um comprador único, como as restrições de uma estrutura de mercado de electricidade monopolista, a lentidão na tomada de decisões e a dependência das importações. Contudo, o novo modelo não se estende à desagregação ou à privatização de entidades existentes.

Segundo o novo modelo, pelo menos 30% do volume alvo de vendas será fornecido por operadores privados de transporte através de um mercado concorrencial. A NamPower, como companhia pública nacional de electricidade, continua a ser o fornecedor de último instância. O modelo assegura que todos os compromissos são cumpridos através do mecanismo de equilíbrio etarifação tipo pedágio (wheeling), com a concessionária de energia a suportar quaisquer desvios dos custos. A plataforma visa fazer da Namíbia um país auto-suficiente em energia e criar capacidade para comercializar energia no Pool de Energia da África Austral (SAPP), promovendo assim a integração regional.

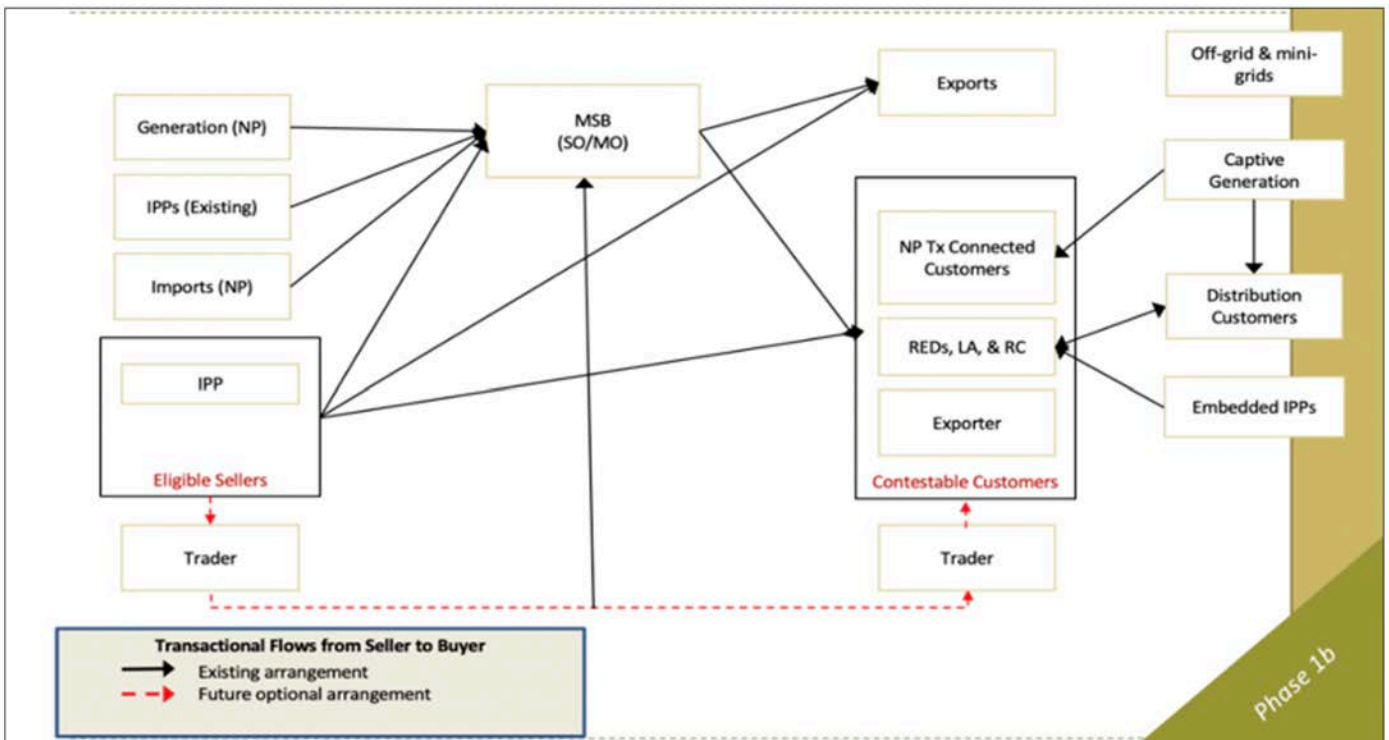
O modelo do Comprador Único Modificado (MSB) funciona de acordo com uma abordagem faseada. A Fase 1a (Figura 3) e a Fase 1b (Figura 4) foram introduzidas entre Setembro de 2019 e 2020 e em Julho de 2021, respectivamente. A Fase 1a inclui geradores que foram agora migrados para o modelo do Comprador Único Modificado (MSB). Fase 1b incorpora clientes de distribuição que serão migrados para a Fase 2, permitindo aos actores privados importar energia. A nova estrutura de mercado permitirá aos distribuidores de electricidade adquirir a sua própria energia e os clientes que optarem por produzir ou adquirir a sua própria energia terão acesso à rede de transmissão e distribuição mediante o pagamento de uma taxa.

Figura 3: Estrutura actual de mercado do modelo de comprador único (Fase 1a)



Fonte: Electricity Control Board of Namibia, 2021.

Figura 4: Estrutura de mercado do modelo de comprador único modificado (Fase 1b)



Fonte: Electricity Control Board of Namibia, 2021.

Um produtor independente de electricidade (IPP) tem três opções - nomeadamente, vender energia ao Comprador Único Modificado (MSB), vendê-la aos clientes e exportá-la. Através do novo modelo, os produtores independentes de electricidade (IPP) têm acesso às redes de distribuição e de transmissão e podem desbloquear 400 megawatts (MW) de capacidade fotovoltaica que de outra forma não poderia ter sido fornecida pela companhia pública de electricidade.

A abordagem faseada destina-se a melhorar a implementação com intervenções de gestão de risco, permitindo ao mesmo tempo que a indústria assuma o controlo do processo e crie capacidade de pessoal para todas as instituições-chave.

O modelo de Comprador Único Modificado (MSB) da Namíbia está em transição e é principalmente impulsionado pela necessidade de encorajar o investimento do sector privado, através de produtores independentes de electricidade (IPP); reduzir os compromissos de financiamento por parte do Governo da Namíbia; acelerar o desenvolvimento de recursos nacionais para se tornar mais auto-suficiente; diversificar o mix energético; assegurar a acessibilidade dos preços através de novas tecnologias e o aumento da concorrência; e eliminar o conflito de interesses inerente à NamPower, sendo ao mesmo um produtor monopolista de energia e uma entidade de transmissão de electricidade.

As medidas de sucesso do Comprador Único Modificado (MSB) são a disponibilidade de energia com contenção tarifária e a acessibilidade de preços, a melhoria da auto-suficiência, a redução da carga de financiamento para o Governo, o aumento do investimento do sector privado, a diversificação do mix energético e a concorrência e a escolha com as consequentes melhorias na eficiência.

Com o compromisso claro do regulador de criar um mercado eficiente que poderia permitir a entrada de outros actores, o país já viu cerca de 154 megawatts (MW) energia solar fotovoltaica (PV) instalados por produtores independentes de electricidade (IPP). A Namíbia vê também oportunidade em explorar o mercado do Pool de Energia da África Austral (SAPP) e abastecer a região, tirando partido dos seus elevados níveis de irradiação solar.

A migração do sector energético da Namíbia de um modelo de um único comprador para um modelo do Comprador Único Modificado (MSB) é uma inovação que poderia ser alterada para se adequar às características locais de outros países da região. O modelo do Comprador Único Modificado (MSB) está alinhado com os planos nacionais de desenvolvimento da Namíbia e com a sua política energética, bem como com a política de produtores independentes de electricidade (IPP), e foi especificamente concebido de acordo com os princípios de equidade, eficiência, simplicidade e facilidade de implementação. Uma das suas principais características é que vai permitir e promover planos de desenvolvimento especificamente para exportação.

Conclusão e Recomendações de Políticas

O confinamento provocado pela COVID-19 tem sido perturbador para o sector energético e o seu impacto tem sido notado em toda a cadeia de valor da electricidade - ao nível das empresas públicas de electricidade, ao nível nacional e regional, bem como no espaço das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI). No entanto, a magnitude do impacto tem variado entre as partes interessadas. A demanda e o consumo de electricidade foram bastante sensíveis às restrições de confinamento. A resposta às políticas destinadas a estimular a aceitação pelo sector privado de projectos de energias renováveis (RE) foi adiada e as actividades de desenvolvimento e implementação de projectos foram afectadas, estas últimas particularmente no desenvolvimento da capacidade na área das energias renováveis (RE).

Principais recomendações:

- O ambiente político e regulatório continua a ser um grande desafio e há provas de que um ambiente favorável poderia desbloquear o investimento do sector privado no âmbito das energias renováveis (RE), ajudando a região da SADC a atingir a sua meta de 2040 de uma contribuição de 53% da área das energias renováveis (RE) no mix energético. Os Planos Directores do sector energético ou planos integrados de recursos teriam de ser revistos para reflectir uma transição acelerada para as energias renováveis (RE) em conformidade com essa meta.
- Os Governos precisam de introduzir incentivos fiscais que incluam a renúncia a direitos e a impostos sobre a eficiência energética e a produção de energias renováveis (RE), como uma intervenção a médio e longo prazo para aumentar a adopção de tecnologias ligadas às energias renováveis (RE) e uma transição para um futuro energético sustentável.
- Uma participação mais activa do sector privado é fundamental para atingir a meta do ano 2040 em matéria de energias renováveis (RE).
- É importante redesenhar estruturas de mercado para atrair o sector privado. O modelo do Comprador Único Modificado (MSB) namibiano poderia ser adaptado às condições do mercado local para acelerar a utilização de energias renováveis (RE) na região.
- A integração regional precisa de ser reforçada para aumentar a segurança do abastecimento e para mitigar os choques de abastecimento. Um mercado integrado exigirá uma capacidade em matéria de energias renováveis (RE) mais variável.
- Deve ser dada prioridade à inovação e à adopção mais rápida de redes inteligentes para gerir remotamente sistemas de energia para actividades, tais como a leitura de contadores, que foram restringidas durante os confinamentos relacionados com a COVID-19.
- Modelos de financiamento e quadros de políticas e de regulamentações inovadores adicionais devem ser concebidos para atingir a meta do ano 2040 em matéria de energias renováveis (RE).
- A transição para tarifas que reflectam os custos continua a ser fundamental para atrair o investimento do sector privado.
- Há necessidade de desenvolver modelos financeiros que absorvam os elevados custos de transacção e que desincentivem os projectos de risco, ao mesmo tempo que se estabelece um equilíbrio com a elevada taxa de retorno esperado do investimento.

De acordo com o relatório anterior do SACREEE, do Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretória (CHR) e do Centro de Política de Desenvolvimento Global da Universidade de Boston (Centro GDP), entre outros, será necessário um investimento estimado em 52,8 mil milhões de dólares para cumprir com o objectivo de 53% de contribuição das energias renováveis no ano 2040. Tal como este seminário demonstrou, existem vários intervenientes no mercado de financiamento para mobilizar recursos e, com o ambiente de políticas e regulamentamentar adequados, a meta é atingível.

O DILEMA DA DÍVIDA DA SADC E O SEU IMPACTO NO FINANCIAMENTO DA TRANSIÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NA REGIÃO - DESAFIOS E OPORTUNIDADES

PREPARADO PELA UNIDADE DE DIREITO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO CENTRO PARA OS DIREITOS HUMANOS, UNIVERSIDADE DE PRETÓRIA

Introdução

Este resumo de políticas é o segundo de uma série em três partes baseada em três seminários sobre o papel das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) activas na região da SADC numa mudança para mais energias renováveis (RE) na região, no meio de uma crise da dívida e de uma recessão económica iminente. Os pontos de vista neste resumo baseiam-se nas ideias partilhadas por peritos e participantes num seminário particular organizado pela Unidade de Direito Internacional para o Desenvolvimento do Centro de Direitos Humanos. Especialistas dos sectores energético, financeiro e jurídico partilharam as suas ideias.

O primeiro resumo de políticas da série, do SACREEE, avaliou o impacto da pandemia da COVID-19 no sector das energias renováveis (RE) da SADC e notou o impacto perturbador em toda a cadeia de valor da electricidade na região. Resultando dessa avaliação inicial, este resumo de políticas concentra-se nos impactos económicos da pandemia; em particular, nas questões financeiras, incluindo o dilema da dívida soberana e a mudança de prioridades das instituições financeiras. O sumário é também prospectivo, tentando lançar as bases para uma discussão de possíveis soluções. Ao explorar este tópico amplo, o resumo responde às seguintes perguntas que orientaram o seminário:

1. Em que medida as actuais limitações da dívida/lacunas de financiamento causadas pela pandemia COVID-19 afectaram o financiamento de projectos do sector das energias renováveis (RE)?
2. Como podem os países da SADC fazer o melhor uso das fontes nacionais e internacionais para financiar projectos na área das energias renováveis (RE)? Como podem eles gerir os principais riscos de cada uma destas fontes?
3. Quais mecanismos de financiamento criativos os países da SADC podem utilizar para financiar projectos na área das energias renováveis (RE)?
4. Que papel pode ou deve desempenhar o sector privado no preenchimento da lacuna de financiamento de projectos na área das energias renováveis (RE)?

Este resumo está dividido em três secções: a primeira (acima) coloca brevemente a situação das energias renováveis (RE) da SADC no contexto, a segunda aborda as questões acima listadas e a terceira oferece recomendações em matéria de políticas.

Abordando Quatro Questões Fundamentais sobre a COVID-19, a Crise da Dívida Soberana e o Financiamento das Energias Renováveis (RE)

Apesar de alguns progressos no sector energético, o acesso a energia fiável, acessível e limpa continua a estar entre os desafios significativos nos países da SADC, especialmente no seio das comunidades rurais vulneráveis. A necessidade sempre crescente de acesso à electricidade e a dupla necessidade de transição para as energias renováveis (RE) exigem não só soluções técnicas, mas também financeiras. O primeiro resumo de políticas demonstrou que a electrificação da região é um grande desafio e que a transição para as energias renováveis (RE) exigirá um financiamento significativo.

Entretanto, a necessidade de preencher o défice de electricidade da região - e de o fazer com energia limpa - é apenas um dos muitos objectivos de desenvolvimento para os países da SADC. As outras prioridades incluem a luta contra a pobreza, a necessidade mais ampla de desenvolvimento de infra-estruturas, o desemprego e, agora, a luta contra a pandemia da COVID-19 e as crises sociais, sanitárias e económicas por ela causadas. A pandemia retardou, sem dúvida, os planos de desenvolvimento da região. Além disso, tem grandes implicações em termos de dívida. Com as prioridades concorrentes da região e os limitados recursos financeiros governamentais, torna-se mais difícil - mas ainda essencial - encontrar os recursos para financiar projectos na área das energias renováveis (RE). Este foi um tópico chave durante o seminário.

EM QUE MEDIDA AS ACTUAIS LIMITAÇÕES DA DÍVIDA/ LACUNAS DE FINANCIAMENTO CAUSADAS PELA PANDEMIA DA COVID-19 AFECTARAM O FINANCIAMENTO DE PROJECTOS NA ÁREA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS?

A pandemia tem causado constrangimentos nas finanças públicas de África, em geral, e na região da SADC, em particular. Alguns países da SADC sofreram quedas nas receitas nacionais devido ao declínio das exportações e à contracção das economias nacionais, enquanto outros estão a lutar com uma dívida insustentável e, nalguns casos, com a redução da nota de dívida soberana. Os impactos da dívida fiscal e pública, contudo, variam com a saúde fiscal de um determinado país. Alguns países da SADC já estavam a lutar com uma dívida pública crescente, antes da pandemia, e já tinham ultrapassado substancialmente os níveis de 60% da dívida em relação ao PIB. Prevê-se que os níveis de endividamento só irão crescer em resultado da pandemia. A Zâmbia, cuja dívida era considerada insustentável mesmo antes da pandemia, foi o primeiro país africano a não pagar uma dívida em 2020 (Banco Africano de Desenvolvimento, 2021).³ Em Novembro de 2020, as classificações dos emissores de moeda estrangeira e de moeda local da África do Sul a longo prazo foram reduzidas de Ba1 para Ba2 (Moody's, 2020). Outros países, incluindo Moçambique e Angola, têm vindo a mostrar sinais de potenciais problemas de endividamento com números de dívida preocupantes. A dívida e a saúde fiscal fraca da região irão sem dúvida exercer pressão sobre alguns sectores, incluindo o das energias renováveis (RE).

Apesar das evidentes limitações da dívida causadas pela pandemia e o seu impacto no sector das energias renováveis (RE), os apresentadores no seminário concordaram que os projectos financiáveis, bem estruturados e financeiramente viáveis, podem ainda atrair o financiamento necessário.

³ A Zâmbia falhou no pagamento de Eurobonds, em 13 de Novembro de 2020 (Banco Africano de Desenvolvimento, 2021).

Por exemplo, os bancos comerciais sul-africanos ainda estão bem capitalizados e têm liquidez e apetite suficientes para activos na área das energias renováveis (RE) com viabilidade financeira. Têm também mandatos para acrescentar mais investimentos no sector das energias renováveis (RE), de acordo com as suas novas prioridades de crescimento sustentável.

Os oradores dos seminários observaram que os projectos, já em curso, prosseguiram na sua maioria sem interrupção. Uma das razões é que os promotores de projectos de infra-estruturas que disponibilizam os financiamentos tendem a ter uma visão de longo prazo e, por conseguinte, têm continuado com aqueles já em desenvolvimento. Além disso, parece haver ainda interesse por parte dos financiadores e dos investidores com participação acionária em explorar novas oportunidades.⁴

Os participantes do seminário observaram que o impacto dos actuais constrangimentos da dívida causados pela COVID-19 no financiamento e no fluxo de transacções de projectos na área das energias renováveis (RE) parece ser mais indirecto do que directo, afectando, sobretudo, a solidez financeira dos compradores nos projectos. Na África, a solvabilidade dos compradores era um desafio, mesmo antes da pandemia, mas o risco pode ter sido exacerbado pelo impacto económico da COVID-19. Assim, um dos grandes impactos indirectos relacionados com a dívida em projectos de energias renováveis é o risco elevado do aumento das tarifas de electricidade. Os riscos potencialmente agravados de fora do mercado podem, por sua vez, tornar as instituições financeiras (comerciais ou multilaterais) um pouco mais conservadoras na avaliação do perfil de risco de um projecto.

COMO PODEM OS PAÍSES DA SADC FAZER O MELHOR USO DAS FONTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA FINANCIAR OS SEUS PROJECTOS? COMO PODEM ELES GERIR OS PRINCIPAIS RISCOS DE CADA UM DESTES SECTORES?

Os apresentadores do seminário observaram que a maioria dos projectos de produção na área das energias renováveis (RE) seguem o modelo de estrutura de financiamento a um projecto (project finance).⁵ Esta modalidade de financiamento depende dos ganhos projectados ao longo da vida do projecto, os quais dependem, por sua vez, da solidez financeira dos executantes do mesmo. Por conseguinte, os Governos da SADC precisam de proporcionar um ambiente propício e demonstrar a solvabilidade dos compradores para que os seus projectos na área das energias renováveis (RE) sejam financiáveis. Se a solvabilidade dos compradores for insuficiente, estes terão de ser apoiados por uma garantia do Tesouro Nacional, um banco multilateral de desenvolvimento ou um seguro de risco político. Os apresentadores do seminário observaram também que existem vários bancos multilaterais de desenvolvimento (MDB), Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) bilaterais e seguradoras de risco político, tanto no sector público, como no privado, que podem prestar este apoio.⁶

⁴ Na África do Sul, por exemplo, foram feitos esforços, em 2021, para assegurar um investimento renovado no sector das energias renováveis (RE), apesar das restrições económicas evidentes no país. Em Junho de 2021, o Presidente da África do Sul anunciou a alteração do Anexo 2 da Lei de Regulamentação da Electricidade para aumentar o limiar de licenciamento da Entidade Reguladora Nacional de Energia da África do Sul para projectos de produção integrada, de 1 megawatt (MW) para 100 megawatts (MW) (Ramaphosa, 2021).

⁵ O project finance é uma forma de financiamento em que o credor ou investidor considera, principalmente, as projecções de receita para o pagamento do empréstimo. O Banco Mundial observa que "o financiamento extra-patrimonial do projecto não afectará o crédito dos accionistas ou da entidade contratante governamental e transfere parte do risco do projecto para os mutuantes em troca do qual estes obtêm uma margem mais elevada do que para os empréstimos normais às empresas» (Banco Mundial, 2022).

⁶ O papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento (MDB) no que diz respeito ao aumento do crédito será abordado com mais pormenor no resumo de políticas final desta série.

Sobre a componente da dívida no financiamento de projectos, os peritos no seminário salientaram que, geralmente, 65% a 80% do custo de capital de um projecto é financiado com dívida de projecto a longo prazo. A questão então é como otimizar a combinação de financiamento nacional e internacional durante a era da COVID-19, quando as instituições financeiras podem ser mais conservadoras na avaliação dos perfis de risco dos projectos na área das energias renováveis (RE). Os apresentadores dos seminários receiam que muitos acordos de compra de energia na região da SADC sejam denominados em moeda estrangeira (especialmente Dólares americanos), criando riscos cambiais que, durante a pandemia, tornaram mais difícil para os países da região o pagamento de dívidas em moeda estrangeira. A estruturação dos acordos de financiamento de projectos na área das energias renováveis (RE) para conseguir uma boa combinação entre moeda estrangeira e dívida local requer a participação adicional dos bancos locais. A combinação óptima de financiamento dependerá da liquidez das instituições financeiras num determinado país e dos seus apetites ao risco. Isto levanta outras questões sobre a capacidade local de financiamento a longo prazo nos países da SADC e sobre a maturidade do financiamento que os bancos locais e regionais desses países podem fornecer.

QUAIS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO CRIATIVOS OS PAÍSES DA SADC PODEM UTILIZAR PARA FINANCIAR PROJECTOS NA ÁREA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS (RE)?

Apesar dos inegáveis impactos da pandemia da COVID-19 no serviço da dívida da região, esta ainda tem um potencial para atrair financiamento para projectos na área das energias renováveis (RE). De facto, a estruturação e a optimização das combinações de financiamento para estes projectos irão muitas vezes atribuir um papel fundamental às Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI). Embora as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) e os bancos comerciais tenham mandatos diferentes, ambos têm um papel no financiamento de uma economia com baixo teor de carbono e no financiamento de projectos com viabilidade financeira por parte dos bancos. Para além do financiamento da dívida, as subvenções e o reforço do crédito, existem outros mecanismos criativos que podem ser utilizados.

Estas alternativas incluem “acordos de opção de venda” como uma ferramenta para melhorar a solvabilidade dos compradores. Num exemplo dado durante o seminário, um projecto na África Ocidental garantiu os pagamentos mensais de energia com uma carta de crédito. Se os não pagamentos esgotassem completamente a carta de crédito, o contrato de compra de energia poderia ser rescindido, o que implicaria um pagamento de rescisão suficiente para reembolsar as dívidas do projecto e compensar os investidores de capital. Se o projecto estivesse em dificuldades, os mutuantes dependeriam desse pagamento de rescisão para recuperar os seus empréstimos. Os mutuantes pretendiam que este pagamento de rescisão fosse garantido pelo Tesouro, que não estava disposto a fazê-lo. O impasse resultante foi resolvido através da inclusão de um acordo de opção de compra e venda para que, se as condições de rescisão fossem cumpridas, o investidor pudesse entregar o projecto ao Governo, que seria obrigado a adquiri-lo. Nota-se que a engenharia econômica do acordo de opção de compra e venda não varia necessariamente da engenharia alternativa (um acordo de garantia soberana), mas a sua caracterização diferente faz toda a diferença em termos da percepção política do projecto aos olhos do Governo e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A outra opção cada vez mais explorada é a de flexibilizar o monopólio do serviço público na intermediação entre o produtor de energia, o comprador de energia e outros clientes retalhistas. Isto seria feito através de um chamado acordo de compra de energia por parte das empresas, através do qual um projecto conclui um contrato de venda directa com uma empresa comercial solvente, tal como uma empresa manufacturadora ou uma mina. Note-se, contudo, que esta opção não é isenta de controvérsia, pois poderia remover um cliente bom pagador da base de clientes da empresa de serviços

públicos. No entanto, esta opção está a tornar-se cada vez mais popular nos Estados Unidos e na América Latina e pode oferecer uma forma de enfrentar o desafio da solvabilidade pública na região da SADC.⁷

QUE PAPEL PODE OU DEVE O SECTOR PRIVADO DESEMPENHAR NO PREENCHIMENTO DA LACUNA DE FINANCIAMENTO EM PROJECTOS DE RECONSTRUÇÃO?

A questão do papel do sector privado nas infra-estruturas foi controversa no seminário, uma vez que - mas certamente não foi tudo - foi considerada como uma insinuação de que o sector privado tem um “dever” no desenvolvimento de infra-estruturas. Contudo, um apresentador observou que, em geral, é o papel do Governo identificar projectos, assegurar que os projectos na área das energias renováveis (RE), na fase inicial, tenham os mecanismos de financiamento adequados e levá-los a um ponto em que cheguem ao encerramento financeiro e à entrada em funcionamento.

Uma forma de responder a esta questão do papel do sector privado é voltar ao objectivo principal do sector privado - a obtenção de lucro. Como tal, as actividades de desenvolvimento, como a construção de infra-estruturas energéticas em regiões pobres, não têm sido vistas, como uma responsabilidade histórica para o sector privado. Isto levanta novamente a questão da identificação, da preparação e do desenvolvimento de projectos com viabilidade financeira para atrair project financee outras formas de financiamento. As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) podem desempenhar um papel na prestação de assistência financeira e técnica na identificação e na preparação de projectos para criar iniciativas com viabilidade financeira. O papel das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) é discutido mais aprofundadamente no terceiro resumo de políticas desta série. Com os projectos que têm viabilidade financeira, os Governos da região podem explorar o capital e a tecnologia do sector privado, bem como os seus conhecimentos especializados na construção, na operação e na manutenção de projectos. A capacidade do sector privado para conduzir a produção de energia num futuro de energia limpa está bem demonstrada em todo o mundo, com as políticas e o apoio governamentais apropriados, incluindo reformas regulamentares de apoio.

Conclusão e Recomendações de Políticas

Electrificar os países da SADC com energia limpa proveniente de fontes renováveis está entre as principais prioridades da região. Isto conduz inevitavelmente à questão de como financiar projectos. A pandemia da COVID-19 afectou a capacidade dos países para pagar as suas dívidas e tornou mais necessário examinar de perto a acumulação de mais dívidas. Este resumo de políticas procurou explorar o efeito do panorama da dívida da região, alterado pela pandemia, no financiamento de projectos na área de energias renováveis (RE). Este resumo de políticas também contribui para a exploração de opções no sector. Da discussão, emergiram as seguintes conclusões e recomendações:

- Embora a COVID-19 tenha afectado o panorama da dívida da SADC, tanto no que diz respeito à dívida soberana, como à dívida empresarial, ainda há um interesse e um potencial de financiamento de projectos com viabilidade financeira. Contudo, a pandemia pode alterar a forma como os financiadores encaram os riscos de tais projectos.
- Não está claro se os impactos adversos da COVID-19 no panorama da dívida e no sector das energias renováveis (RE) estão ou não subestimados. Assim, embora a viabilidade financeira continue a ser uma componente chave que torna os projectos atractivos, o panorama da dívida e do risco

⁷ Para uma discussão sobre o potencial de um modelo de Comprador Único Modificado (MSB) para aliviar alguns dos desafios no sector, ver o primeiro resumo de políticas.

político de um país também são importantes. À medida que a dívida de um país aumenta, cresce também a necessidade de projectos para enfrentar adequadamente estes riscos.

- O seminário revelou a necessidade de continuar a explorar técnicas de financiamento criativas. Embora o seminário tenha abordado várias opções de financiamento, existem mecanismos criativos adicionais, tais como o financiamento do sector privado para suprir as lacunas no financiamento.
- Apesar de deverem ser procurados mecanismos de financiamento criativos, estes devem ser utilizados judiciosamente para assegurar uma boa relação custo-benefício. É também fundamental que os projectos sejam concebidos para promover a transparência, a responsabilização e a inclusividade.

Mesmo que a discussão no seminário sobre o dilema da dívida se tenha centrado na melhor forma de alavancar o investimento privado e de participação acionária, este resumo de políticas mostrou que, se a questão da dívida não for abordada, os riscos de crédito e de moeda podem fazer subir o custo do capital, afectar os retornos a longo prazo e, eventualmente, minar o investimento privado. A discussão no seminário levantou questões adicionais sobre a maneira como transcender o actual Quadro de Sustentabilidade da Dívida liderado pelo FMI e pelo Banco Mundial⁸ e como as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) poderiam desempenhar um papel no alívio da dívida, um tópico discutido no terceiro resumo de políticas desta série.

⁸ As políticas específicas para abordar este tópico incluem a incorporação de activos públicos na mensuração da sustentabilidade da dívida (Centro de Política de Desenvolvimento Global da Universidade de Boston, 2022) e a ligação do alívio da dívida com a recuperação verde e inclusiva, através de facilidades de garantia (Volz et al., 2020).

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO NO FINANCIAMENTO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS (RE) NA ERA DA COVID-19

PREPARADO PELO CENTRO DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL DA UNIVERSIDADE DE BOSTON.

Introdução

Esta é o terceiro e o último resumo de políticas de uma série de três partes que examina o papel das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) no desenvolvimento e na expansão do sector das energias renováveis (RE) na região da SADC na sequência da pandemia da COVID-19 e dos seus impactos relacionados com a dívida e com o sector. Esta série baseia-se num estudo de 2020 sobre a medida em que várias Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) estavam a financiar a área das energias renováveis (RE) nos países da SADC, os impedimentos de uma transição para as energias limpas e as estratégias para os superar (Centro de Política de Desenvolvimento Global da Universidade de Boston, 2022).

O impacto da pandemia no sector da energia requer o envolvimento com o tema da transição energética da SADC no actual panorama fiscal, sectorial e da dívida, em rápida mudança. É também necessário explorar o papel das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) no financiamento da transição energética da região no contexto da COVID-19. O primeiro resumo de políticas examinou, portanto, os efeitos da pandemia no sector energético da SADC. O segundo resumo de políticas explorou o dilema da dívida da SADC e o seu impacto no financiamento da transição para as energias renováveis (RE) da região. Este dossier de política concentra-se no papel das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) no financiamento das energias renováveis (RE) e nas inovações que estão a introduzir para operar neste novo ambiente. Os três resumos de políticas partilham as conclusões e os conhecimentos de uma série de três seminários virtuais particulares realizados durante a segunda metade de 2021. As apresentações no terceiro seminário da presente série, feitas por peritos das principais Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) activas na região da SADC e de uma instituição académica que investiga esta questão, exploraram as seguintes questões:

1. Qual é a situação actual das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) no sector energético da SADC? Como é que se compara com o desempenho pré-pandémico?
2. Quais são os principais problemas no financiamento da energia limpa nos países da SADC? O que é que estão a fazer as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) para resolver estes problemas e aumentar o investimento na área das energias renováveis (RE)?
3. No seio das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI), quais são algumas lições aprendidas e planos/sugestões a avançar na escalada do investimento na área das energias renováveis (RE)? O que é que devem fazer os Governos, o sector privado, as outras organizações

internacionais e as outras entidades para além das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) para que esta expansão seja alcançada?

QUAL É A SITUAÇÃO ACTUAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO (DFI) NO SECTOR DE ENERGIA DA SADC? COMO É QUE SE COMPARA COM O DESEMPENHO PRÉ-PANDÉMICO?

A transição para as energias renováveis (RE) ganhou ímpeto na SADC. Com base no Plano de Pool da África Austral (SAPP) de 2017 e o cenário de alta nas energias renováveis (RE), os países da SADC podem atingir a quota de 53% de energias renováveis (RE) no mix de geração regional até 2040. Estima-se que para atingir este ambicioso objectivo, os países da SADC teriam de acrescentar 60,7 gigawatts (GW) de capacidade instalada de energias renováveis (RE) ou 2,8 gigawatts (GW) por ano até 2040 (Muñoz et al. 2020). Para atingir estas metas ambiciosas será necessário dar prioridade aos projectos de energias renováveis (RE) e a mobilização significativa de recursos para os financiar. Os países da SADC aumentaram a sua dependência em dívida para mobilizar recursos para a resiliência e recuperação de crises. O desenvolvimento e a expansão do sector das energias renováveis (RE) nos países da SADC também exigem a mobilização de recursos e o desenvolvimento de novas indústrias que possam absorver a mão-de-obra das indústrias de combustíveis fósseis em transição e enfrentar quaisquer implicações macroeconómicas e de subsistência mais vastas da transição para a energia limpa.

A pandemia agravou o já difícil cenário de endividamento. Embora se espere que os países atinjam a meta de 53% de capacidade vinda de renováveis até 2040, a pandemia teve um impacto devastador na região da SADC e no seu sector energético. O efeito da pandemia no sector da energia foi salientado no primeiro resumo de políticas e o impacto da dívida foi discutido no segundo resumo de políticas no presente relatório. Os países da SADC sofreram uma erosão do seu espaço fiscal e um declínio nas fontes de receitas e tornaram-se fortemente endividados. Em 2020, o crescimento económico da região da África sub-sahariana melhorou em relação a um impacto inicial da pandemia, mas ainda assim as projecções de crescimento do PIB tinham aumentado de -1,7 por cento em 2020 para 3,7% em 2021, em relação a um aumento médio de 6,4% nos mercados emergentes e países em desenvolvimento durante o mesmo ano (FMI, 2021).

A diminuição dos espaços fiscais governamentais em que se encontram os países da SADC, o crescente peso da dívida e o declínio das fontes de receitas colocam as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) no centro da angariação de recursos financeiros para apoiar os esforços nacionais de recuperação e o cumprimento dos objectivos energéticos da região. Nos últimos anos, foram tomadas medidas na África sub-sahariana para revitalizar, redimensionar, recapitalizar e reestruturar as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) nacionais, incluindo a reestruturação do TIB [Tanzania Investment Bank] Development Bank e do Lesotho National Development Corporation e a recapitalização do Infrastructure Development Bank of Zimbabwe. Estas Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) nacionais podem também desempenhar um papel mais significativo no aumento do investimento do sector das energias renováveis (RE) se forem fortalecidas para desempenhar um papel intermediário com as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) e os bancos multilaterais de desenvolvimento (MDB) internacionais na mobilização de recursos para financiar projectos no setor.

As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) locais na região também foram afectadas pela COVID-19, o que pode impactar na sua capacidade de expandir o financiamento de iniciativas,

incluindo projectos na área das energias renováveis (RE). Serão necessários investimentos substanciais para satisfazer as crescentes necessidades energéticas da região.

O papel principal e convencional das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) que operam na região é a angariação de recursos. Um mecanismo crucial é o Protocolo da SADC sobre Financiamento e Investimento, que estabelece uma rede de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) para reunir recursos dentro e fora da região a fim de financiar projectos de desenvolvimento (SADC, 2006). Historicamente, os bancos multilaterais de desenvolvimento (MDB) e as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) têm concedido empréstimos directos e co-financiamento para projectos individuais; estão também a envolver-se cada vez mais em projectos de redução de risco (incluindo a preparação de projectos) e de melhoria nas condições de crédito.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE FINANCIAMENTO DE ENERGIA LIMPA NOS PAÍSES DA SADC? O QUE FAZEM AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO (DFI) PARA SOLUCIONAR ESSE PROBLEMA E EXPANDIR O INVESTIMENTO NA ÁREA SA ENERGIAS RENOVÁVEIS (RE)?

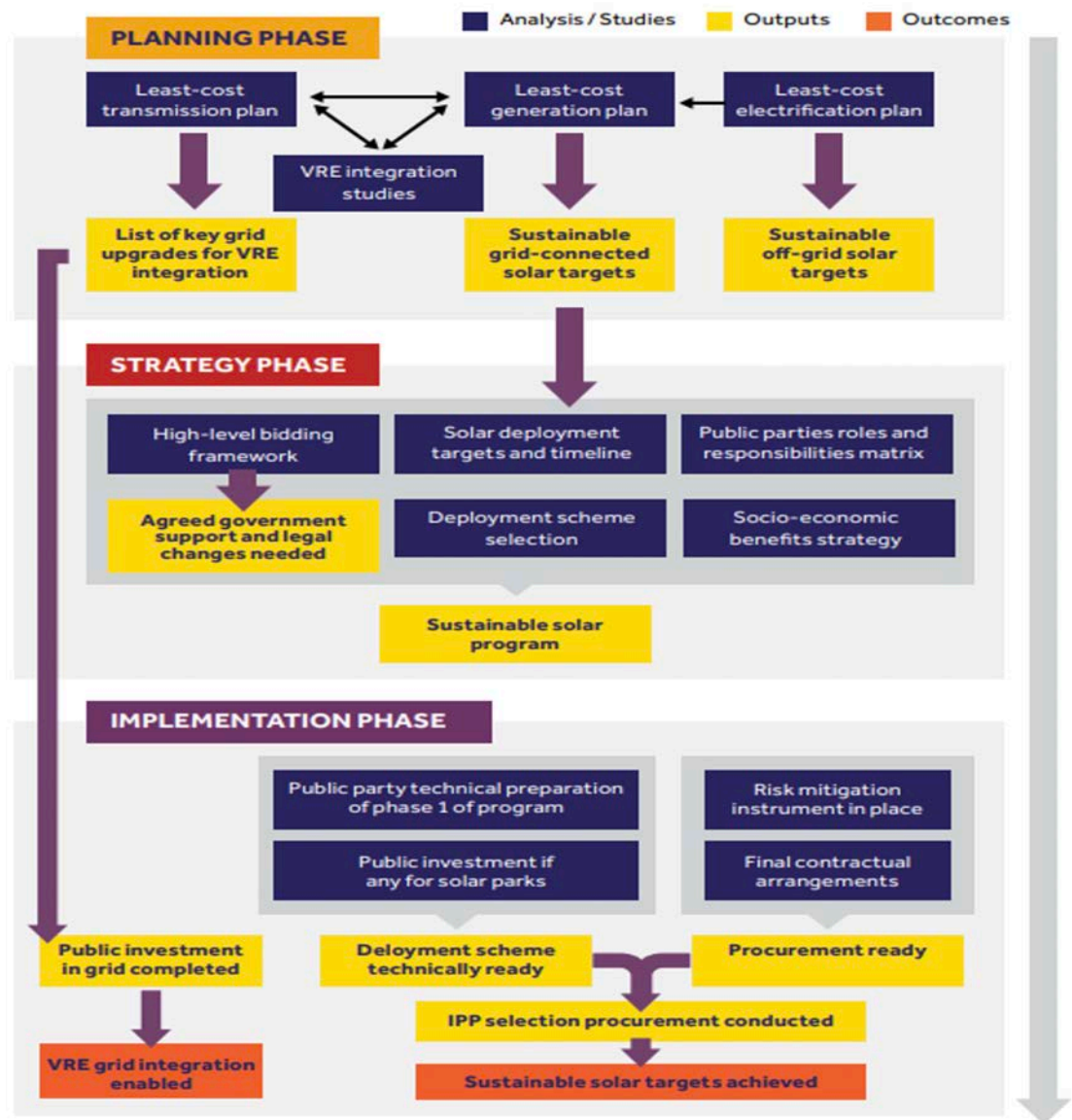
O financiamento de energias limpas nos países da SADC levantou várias preocupações sobre o panorama financeiro e fiscal e o ambiente propício (incluindo os ambientes legais e regulamentares).

A primeira é a prevalência de mercados de capitais subdesenvolvidos e de baixos rácios de poupança. A situação dos mercados de capitais da região impede as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) de angariar recursos nos mercados domésticos. Contudo, os mercados de capitais mais desenvolvidos da região (por exemplo, a África do Sul e, em menor escala, o Zimbabwe e as Ilhas Maurícias) podem permitir às Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) mobilizar recursos; por exemplo, através de títulos verdes flutuantes. Contudo, estes podem exigir apoio governamental, sob a forma de garantias, para baixar o custo do empréstimo e promover a negociabilidade dos instrumentos, se o espaço fiscal o permitir. Em 2019, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) dos BRICs lançou um programa de títulos em Rand sul-africano (ZAR) com uma dimensão máxima de ZAR 10 mil milhões (cerca de 620 milhões de dólares) e com validade ilimitada (NDB, 2019). Embora o programa tenha sido cotado na Bolsa de Joanesburgo, até agora não obteve qualquer financiamento, devido a preços desfavoráveis. A mobilização de recursos dos mercados de capitais, que as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI), como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) estão a explorar, também aborda a preocupação sobre o financiamento de projectos em moeda estrangeira que comportem um risco cambial. Contudo, mercados de capitais mais fracos dificultam o financiamento em moeda local pelo elevado custo de obtenção de financiamento local, mesmo no caso sul-africano. O financiamento em moeda local também pode ser mais sustentável para o financiamento de projectos de pequena escala. A este respeito, o acesso a investidores institucionais locais - tais como fundos de pensões, fundos soberanos e companhias de seguros - oferece uma oportunidade de catalisar mais investimento privado. Os fundos de pensões podem desempenhar aqui um papel importante, tendo já sido uma fonte primária de financiamento a longo prazo na região.

Outro grande desafio no financiamento de projectos na área de energias renováveis (RE) é o ambiente favorável, incluindo os quadros legais e regulamentares, que podem não ser suficientemente favoráveis para permitir uma participação suficiente do sector privado. Muitos países africanos, incluindo os da região da SADC, estão prejudicados por um ambiente de negócios fraco, pela ausência de aquisições de projectos abertos e competitivos e pela falta de acesso à cobertura de mitigação de riscos, especialmente no que diz respeito aos riscos ligados aos compradores. Estas preocupações estão relacionadas com os actuais desafios técnicos da integração das energias renováveis (RE) na

rede eléctrica. No seu conjunto, estes desafios dificultam a identificação e o desenvolvimento de projectos com viabilidade financeira. O Banco Mundial e as outras Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) responderam lançando a Iniciativa de Mitigação do Risco das Energias Renováveis Sustentáveis (SRMI), que proporciona uma abordagem de apoio abrangente e integrada para que os governos possam aproveitar os recursos na área das energias renováveis (RE), desbloqueando investimentos do sector privado e otimizando a mitigação do risco para atrair financiamento privado e maximizar os benefícios socioeconómicos dos projectos no sector das energias renováveis (RE) (Banco Mundial, 2019b). A figura 5 abaixo destaca o processo aplicado na Iniciativa de Mitigação do Risco das Energias Renováveis Sustentáveis (SRMI). Este apoio integrado inclui a assistência técnica no nascimento e decorrer da iniciativa, e o fornecimento de financiamento climático para investimentos públicos essenciais e de cobertura de mitigação de riscos. O Mecanismo da Iniciativa de Mitigação do Risco das Energias Renováveis Sustentáveis (SRMI) (Fase 1), financiado pelo Fundo

Figura 5: Quadro do Processo de Iniciativa de Mitigação do Risco das Energias Renováveis Sustentáveis



Fonte: Banco Mundial, 2019a.

Verde para o Clima, visa (entre outros) três países da SADC (Botswana, República Democrática do Congo (RDC) e Namíbia). Na República Democrática do Congo (RDC), por exemplo, a abordagem da Iniciativa de Mitigação do Risco das Energias Renováveis Sustentáveis (SRMI) está a ser utilizada para desenvolver um projecto de parceria público-privada de larga escala de 100 megawatts (MW) e 140 megawatts por hora (MWh) de armazenamento para ligar uma população estimada em 1,5 milhões de pessoas. O projecto procura mobilizar recursos, melhorar a infraestrutura e a resiliência da rede, fornecer assistência técnica abrangente e usar uma ferramenta personalizada de mitigação de risco que inclui os riscos de demanda dos anos anteriores, através de um fundo reembolsável (Fundo Verde para o Clima, 2021).

De acordo com a proposta de financiamento, o âmbito do projecto da Iniciativa de Mitigação do Risco das Energias Renováveis Sustentáveis (SRMI) no Botswana inclui (a) um parque com infra-estruturas partilhadas para 200 megawatts (MW) de energia solar concentrada (CSP) e 100 MW de energia eólica, integração de energia renovável (RES) variável, actualizações da rede, incluindo 50 megawatts por hora (MWh) de armazenamento e de electrificação para cerca de 600.000 pessoas e (b) um instrumento de mitigação do risco que abrange liquidez/cessação para investidores privados seleccionados competitivamente para os projectos de energia solar concentrada (CSP) e/ou eólicos (Banco Mundial, 2019b). O Mecanismo da Iniciativa de Mitigação do Risco das Energias Renováveis Sustentáveis (SRMI) é utilizado na Namíbia para fornecer electricidade para um número estimado em 1 milhão de pessoas. O projecto implica o desenvolvimento de infra-estruturas partilhadas de parques para 200 megawatts (MW) de energia solar concentrada (CSP) e 200 megawatts (MW) de energia eólica e medidas de integração destas fontes de electricidade variáveis, incluindo a capacidade de armazenamento de energia. Os Mecanismos da Iniciativa de Mitigação do Risco das Energias Renováveis Sustentáveis (SRMI) do Botswana e da Namíbia destacam especificamente o fornecimento de instrumentos de mitigação do risco para cobrir a liquidez e a cessação de investidores privados (Banco Mundial, 2019b).

O último grande desafio é que os projectos não conseguem atrair investimento porque estão mal estruturados e mal apresentados em termos de viabilidade financeira. As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) podem prestar assistência técnica e desenvolvimento de capacidades na preparação, na avaliação e na estruturação de projectos na área das energias renováveis (RE) de alta qualidade e podem ajudar a mitigar os seus riscos reais e estimados. Estas medidas, por sua vez, podem catalisar o investimento do sector privado. As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) podem e devem também desempenhar um papel consultivo no desenvolvimento de estratégias e de políticas nacionais.

Conclusão e Recomendações

O acesso a electricidade limpa, fiável, acessível e disponível nos países da SADC é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento socioeconómico da região. Isto requer a congregação de recursos técnicos e financeiros para colmatar as enormes lacunas de investimento. Contudo, é também uma oportunidade para explorar abordagens inovadoras ao financiamento e à redução de riscos e para melhorar o impacto global do desenvolvimento dos projectos; um papel para o qual as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) são bem vocacionadas. Este resumo de políticas faz, portanto, várias recomendações sobre o papel das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) nacionais e internacionais na mobilização de financiamento no sector das energias renováveis (RE) nos países da SADC:

- O sector das energias renováveis (RE) nos países da SADC enfrenta lacunas de financiamento significativas que as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) devem preencher, o que pode ser feito através de investimento directo e do desenvolvimento de instrumentos para projectos de redução de risco - tais como garantias para projectos de energias renováveis (RE) - para enfrentar riscos de crédito, riscos cambiais, etc.
- Para preencher a lacuna de financiamento no sector das energias renováveis (RE), as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) estão bem posicionadas para mobilizar e catalisar recursos privados; por exemplo, através do apoio a mecanismos para melhorar o ambiente propício a fim de alavancar o investimento privado.
- O apoio ao pré-investimento é necessário para identificar, preparar e desenvolver projectos com viabilidade financeira. As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) devem desempenhar um papel de liderança na prestação de apoio técnico e no desenvolvimento de capacidades (no desenvolvimento da proposição de atividades na identificação, na preparação e no aprovisionamento de projectos) para aumentar o conjunto de projectos financiáveis na região da SADC.
- Para mobilizar recursos para projectos de energias renováveis (RE), as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) devem explorar opções de financiamento locais que potenciem a capacidade dos parceiros institucionais locais, tais como fundos de pensões e companhias de seguros.
- Nos últimos anos, as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) nacionais passaram por reformas, reestruturações e recapitalizações para se tornarem mais eficientes. Isto representa uma oportunidade para uma maior cooperação e colaboração, uma vez que estas Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) podem agora actuar como intermediárias de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) e de bancos multilaterais de desenvolvimento (MDB) internacionais de maior dimensão.
- Aumentar o investimento em projectos na área das energias renováveis (RE) de pequena escala para melhorar o acesso à energia e a segurança energética.
- Aumentar a vigilância e monitorização de projectos na região da SADC. As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) que operam na região devem desenvolver uma base de dados robusta de projectos financiados por Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI), incluindo projectos na área das energias renováveis (RE), que ajudarão a monitorizar a implementação e o desempenho dos projectos. A base de dados poderia ser gerida pelo Centro de Recursos Financeiros para o Desenvolvimento (DFRC) da SADC.

CONCLUSÃO

O acesso a electricidade limpa, fiável, acessível e disponível nos países da SADC é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento socioeconómico da região. A pandemia de COVID-19 teve efeitos importantes no sector energético na região da SADC, com repercussões no financiamento das energias renováveis (RE). Tal como o primeiro resumo de políticas demonstrou, estas perturbações têm variado entre as diferentes partes interessadas. Os projectos de energias renováveis (RE) não puderam se beneficiar plenamente das iniciativas concebidas para estimular o envolvimento do sector privado e, em geral, o desenvolvimento e a implementação de projectos de energias renováveis (RE) foram retardados. Além disso, os actuais desafios da dívida nos países da SADC podem elevar o custo do capital e minar o investimento privado. No entanto, em conjunto, estes resumos de políticas destacam formas de melhorar a elaboração de políticas e o ambiente regulador da SADC e encorajar um maior envolvimento das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI), a fim de manter o desenvolvimento do sector das energias Renováveis (RE) no caminho para cumprir com a meta de 53% de produção de energias renováveis (RE) até 2040.

REFERÊNCIAS

- African Development Bank (2021). "African Economic Outlook 2021." <https://www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2021>.
- Boston University Global Development Policy Center (2020). "Expanding Renewable Energy for Access and Development: The Role of Development Finance Institutions in Southern Africa." <https://www.bu.edu/gdp/2020/11/16/expanding-renewable-energy-for-access-and-development-the-role-of-development-finance-institutions-in-southern-africa-2/>.
- Boston University Global Development Policy Center (2022). "Debt Restructuring in Africa: Building Public Assets and Addressing Bottlenecks for Low-Carbon Economic Transformation." <https://www.bu.edu/gdp/2022/03/01/debt-restructuring-in-africa-building-public-assets-and-addressing-bottlenecks-for-low-carbon-economic-transformation/>.
- Green Climate Fund (2021). "Funding Proposal: FP163: Sustainable Renewables Risk Mitigation Initiative (SRMI) Facility" (April 6). <https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/document/funding-proposal-fp163.pdf>.
- International Monetary Fund (2021). "World Economic Outlook 2021: Recovery during a Pandemic." <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/10/12/world-economic-outlook-october-2021>.
- Moody's (2020). "Moody's Downgrades South Africa's Ratings to Ba2, Maintains Negative Outlook" (November 20). https://www.moody.com/research/Moodys-downgrades-South-Africas-ratings-to-Ba2-maintains-negative-outlook--PR_436182.
- Muñoz, Cabré M., K. Ndhlukula, T. Musasike, D. Bradlow, K. Pillay, K. P. Gallagher, Y. Chen, J. Loots and X. Ma (2020). "Expanding Renewable Energy for Access and Development: The Role of Development Finance Institutions in Southern Africa." Boston: Boston University Global Development Policy Center.
- New Development Bank (2019). "2019 ZAR Bond Programme." <https://www.ndb.int/investor-relations/borrowings/>.
- Ramaphosa, Cyril (2021). "Amendment to Schedule Two of the Electricity Regulation Act" (June 10). <https://www.gov.za/speeches/president-cyril-ramaphosa-amendment-schedule-two-electricity-regulation-act-10-jun-2021-0>.
- Southern African Development Community (2006). "Protocol on Finance and Investment," Article 3(b). https://www.sadc.int/files/4213/5332/6872/Protocol_on_Finance__Investment2006.pdf.
- Southern African Power Pool (2021). "Southern African Power Pool 2021 Annual Report." <https://www.sapp.co.zw/sites/default/files/Full%20Report%20SAPP.pdf>
- Volz, Ulrich Shamshad Akthar, Kevin Gallagher, Stephany Griffith-Jones and Jörg Haas (2020). "Debt Relief for Green and Inclusive Recovery." <https://drgr.org/2020/11/16/report-debt-relief-for-a-green-and-inclusive-recovery/>.
- World Bank (2022). "Project Finance—Key Concepts." <https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/financing/project-finance-concepts>.
- World Bank (2019a). "A Sure Path to Sustainable Solar: Solar Deployment Guidelines." <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/155991570472678574-0110022019/original/ASurePathtoSustainableSolarGuidelines.pdf>.
- World Bank (2019b). "Sustainable Renewables Risk Mitigation Initiative (SRMI)." <https://www.worldbank.org/en/topic/energy/brief/srmi>.

Tabela A1: Perguntas Orientadoras do Seminário sobre Políticas

Seminário sobre Políticas	Perguntas Orientadoras
Seminário sobre Políticas 1 O impacto da COVID-19 no Sector Energético da SADC	i. A SADC está no caminho para alcançar a meta de 53% de energias renováveis até 2040? Quais desafios podem afectar a concretização do objectivo?
	ii. Qual é o impacto da COVID-19, se é que existe, na concretização do objectivo de 53%?
	iii. De que modo a COVID-19 afectou o financiamento do desenvolvimento no sector da energia? Como podem as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) acelerar o financiamento de energias renováveis (RE) para atingir a meta de 53% de energias renováveis (RE) até 2040?
	iv. Os objectivos e as políticas de financiamento foram revistos para responder a quaisquer desafios apresentados pela pandemia?
	v. Em que medida a pandemia COVID-19 afectou os concessionários das empresas públicas de electricidade e os consumidores?
	vi. Que medidas foram postas em prática pelas instituições reguladoras para mitigar o impacto?
	vii. Quais instrumentos inovadores podem os reguladores fornecer ao sector da energia para atingir a meta de 53% de energias renováveis (RE) até 2040?
Seminário sobre Políticas 2 O Dilema da Dívida na SADC e o seu impacto no Financiamento da Transição da Energética: Desafios e Oportunidades	i. Em que medida as actuais limitações da dívida/lacunas de financiamento causadas pela pandemia COVID-19 afectaram o financiamento de projectos do sector das energias renováveis (RE)?
	ii. Como podem os países da SADC fazer o melhor uso das fontes nacionais e internacionais para financiar projectos na área das energias renováveis (RE)? Como podem eles gerir os principais riscos de cada uma destas fontes?
	iii. Quais mecanismos de financiamento criativos países da SADC podem utilizar para financiar projectos na área das energias renováveis (RE)?
	iv. Que papel pode ou deve desempenhar o sector privado no preenchimento da lacuna de financiamento de projectos na área das energias renováveis (RE)?
Seminário sobre Políticas 3 O papel das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) no Financiamento das Energias Renováveis na era da COVID-19	i. Qual é a situação actual das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) no sector energético da SADC? Como ela se compara com o desempenho pré-pandémico?
	ii. Quais são os principais problemas no financiamento da energia limpa nos países da SADC?
	iii. O que é que estão a fazer as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) para resolver estes problemas e aumentar o investimento na área das energias renováveis (RE)?
	iv. No seio das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI), quais são as lições aprendidas e planos/sugestões a avançar na escalada do investimento na área das energias renováveis (RE)?

Fonte: Elaboração dos autores.

